

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL - IPADES**

**A ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA SERÁ CORRIGIDA?**

*Francisco Benedito da Costa Barbosa*

**Sócio Presidente - IPADES**

O Brasil desde sua independência, em 1822, apesar de algumas sérias, mas efêmeras tentativas de disciplina econômica têm vivido entre improvisos e aventuras terrivelmente agravados a partir da década de 1950, que, no entanto, parecia ter revertido essa tendência com a estabilização monetária ocorrida em 1994 com o Plano Real. Analisando-se algumas delas comprova-se essa tendência.

No início da República ocorreu o encilhamento. Este foi uma política financeira adotada por Rui Barbosa, ministro da Fazenda no governo provisório republicano (de janeiro de 1889 a novembro de 1891). Essa política estimulava sem limites à expansão do crédito com a criação de bancos emissores (tendo como lastro não libras-ouro, mas títulos da dívida pública), cujos empréstimos teriam de ser aplicados apenas no financiamento de novas indústrias, e não na agricultura.

Com créditos, garantias oficiais e um ambiente psicológico favorável, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro entrou em intensa atividade e a política do ministro foi popularmente identificada com o encilhamento dos cavalos antes da largada na pista dos hipódromos, quando a atividade dos apostadores se torna frenética. As ações em alta rápida e constante faziam a fortuna de uma infinidade de especuladores, surgindo numerosas empresas inexecutáveis e mesmo fictícias.

O investimento especulativo na Bolsa de Valores tornou-se um fim em si mesmo e não o que imaginou Rui Barbosa, esperançoso de ver esse dinheiro empregado de fato em atividades industriais produtivas. O resultado foi uma desenfreada espiral inflacionária e de falências. Esses efeitos negativos foram usados politicamente pelos descontentes dessa política, localizados principalmente na cafeicultura e nas firmas importadoras, cujos interesses o ministro contrariava, levando-o à renúncia. O Brasil não teve o arranque para sua industrialização e

prejudicou o principal produto da economia, o café. Ressalte-se que à época não existia teoria econômica que fundamentasse com amplitude essa política, na qual o ministro pudesse prever o desastre que ocorreu, porém o bom senso indicava que mesmo tendo que impulsionar a indústria não poderia fazê-lo em detrimento de perdas consideráveis ao principal produto da economia, o café.

Com a força do Estado Novo (1937-1945), regime político fundado por Getúlio Vargas, o domínio do Estado na economia caracterizou o Brasil até o início da década de 1990. Foi resultado de várias circunstâncias econômicas, mas também políticas conforme a visão do governo a respeito do desenvolvimento. Essas circunstâncias e visões sobre o desenvolvimento incluíram reações às crises econômicas internacionais, o desejo de controlar as atividades do capital estrangeiro, especialmente no setor de serviços públicos e na exploração de recursos naturais, e a ambição de industrializar rapidamente uma economia retrograda.

A ampla presença do Estado na economia brasileira foi encarada como necessária para o país atingir um rápido desenvolvimento econômico por meio da industrialização com vistas à substituição de importações dos anos de 1930 a 1960. Durante esse período, o setor de empresas estatais, predominando nos serviços públicos, indústria pesada, exportação de recursos naturais e no setor financeiro, complementou os setores privados nacionais e multinacionais, isto é, complementou cada setor participativo especializado em áreas específicas da economia em que tinha maior vantagem comparativa. Essa divisão de trabalho entre os setores tornava-se gradativamente institucionalizada e, na verdade, veio a ser conhecida entre economistas e formuladores da política econômica como o modelo “tripé” da estrutura dos tipos de empresa no processo de desenvolvimento brasileiro.

A partir de meados da década de 1970, esse modelo foi sendo substituído gradualmente à medida que o envolvimento do Estado na economia tornou-se uma força cada vez mais negativa. Quando no início dos anos de 1980, a crise provocada pela dívida externa provocou uma década de baixo crescimento e investimento (a “década perdida”), manifestou-se um consenso progressivo de que uma das formas de tirar o Brasil da dificuldade econômica seria privatizar uma grande parte da economia. No início dos anos 1990 o Brasil, durante a administração do presidente Collor, adotou um programa de privatização de larga escala como instrumento-chave econômico e político para revitalizar a economia, que coincidiu com o Consenso de Washington.

Este foi um seminário em novembro de 1989 destinado a identificar as políticas que as principais instituições de Washington, como o Tesouro Americano, o Fundo

Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento concordaram como fundamentais à restauração do crescimento na América Latina, e que foi popularizado como o lançamento da política econômica liberal pró-globalização.

Mas a “década perdida” deixou uma herança bastante pesada, inflação alta com baixo crescimento econômico, ou seja, a estagflação, de modo que a situação da economia brasileira antes de 1994 era crítica. Entre 1990 e 1994, o crescimento médio do PIB foi de 1,3% ao ano, enquanto a inflação anual marcou 1.210%. Entre 1986 e 1991, houve cinco planos econômicos distintos (Plano Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II). Não havia confiança na moeda, tampouco, nas instituições, pois as regras do jogo mudavam, dramaticamente, da noite para o dia.

Tentativas sucessivas de congelamento e tabelamento de preços foram feitas com implicações trágicas, desde a qualidade sofrível dos produtos até a falta de abastecimento. A imagem de “prender” o boi no pasto foi trágica, assim como a das prateleiras vazias nos supermercados era emblemática.

Mais traumático deu-se no Plano Collor, lançado no mesmo dia da posse do novo presidente e marcado pelo sequestro de liquidez, além de outras medidas heterodoxas, como criação de impostos e novo congelamento de bens e serviços. A partir daquela data, 15.03.1990, todas as aplicações financeiras superiores a NCr\$ 50 mil foram bloqueadas por um período de 18 meses.

Em 01.07.1994, o Plano Real mudou a configuração da economia brasileira de maneira radical, ao conferir a estabilização e devolver a confiança na moeda. Inequivocamente, o Plano Real estabeleceu um novo padrão para a economia brasileira. O crescimento da economia em 1994 foi de 5,9%; a indústria andou muito bem, e a agropecuária melhor ainda, com evolução de 55%, o que lhe rendeu a fama de “âncora verde do real”. A maior oferta de alimentos ajudou de maneira pronunciada no controle de preços de produtos básicos.

O sucesso do Plano Real, antecedido pela bem sucedida aplicação da Unidade Real de Valor (URV), teve como elementos centrais e explícitos da política econômica: câmbio flutuante; metas de superávit primário; sistema de metas de inflação. Esse tripé caracterizou os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e também o primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006).

Nesse período, além dos fundamentos macroeconômicos em execução, o país foi favorecido pelo ciclo de *commodities*, no qual o Brasil se firmou como *big player* do

agronegócio mundial, além dos minérios. Nesse ciclo, o país pode fortalecer suas contas externas e distribuir a renda com maior intensidade através das políticas sociais, mas preservando a ortodoxia na gestão macroeconômica e o bom diálogo com o empresariado.

Essa trajetória começaria a mudar com a saída de Antônio Palocci, do Ministério da Fazenda, em 27.03.2006 e a nomeação de Guido Mantega para substituí-lo. O novo ministro, de linha heterodoxa e com apoio do presidente e do próprio Partido dos Trabalhadores e demais partidos de esquerda que apoiam o governo, teve na crise de 2008, com início nas hipotecas de alto risco dos EUA, cujo ápice é marcado pela quebra do banco Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008, o ponto de apoio para mudar a política econômica.

Encarando a crise como marola, o Governo brasileiro adotou de forma deliberada, uma série de medidas heterodoxas e desalinhadas ao tripé macroeconômico anterior. Essas novas medidas ficaram conhecidas como “nova matriz econômica”. Grosso modo, essa nova política econômica propôs uma nova tríade diferente e, de certa forma, antagônica à anterior. Suas características são: perseguição de uma taxa de juro baixa; busca por uma taxa de câmbio competitiva; aumento da participação do estado na economia.

A nova política econômica estimulou o crédito. A taxa de juros foi reduzida dramática e rapidamente, num incentivo vigoroso ao crédito. Ao mesmo tempo, bens de consumo sofreram incentivos, como IPI reduzido para automóveis e utensílios domésticos da linha branca, complementados pelo Minha Casa Melhor, concedendo crédito de R\$ 5 mil a cada beneficiário, para a compra de móveis e eletrodomésticos, com pagamento em até 48 meses.

Essa política econômica aplicada até este ano de 2014 se esgotou, mas foi apresentada na campanha eleitoral, pela candidata Dilma Rousseff, como correta, mesmo com o país em recessão técnica no segundo semestre deste ano, e que o retorno a uma política econômica ortodoxa representaria fome para os pobres e lucro ao sistema financeiro.

O esgotamento dessa política econômica pode ser entendido partindo-se dos três grandes princípios da economia: eficiência, equidade e liberdade. A teoria econômica tem avançado no sentido de demonstrar que o mercado é normalmente uma boa escolha quando buscamos eficiência e liberdade. A nova matriz econômica, incapaz de entregar eficiência e liberdade, agora também enfrenta desafios para

oferecer avanços em termos de equidade. Fica difícil, portanto, para além de questões meramente ideológicas, reiterar a defesa em prol de maior participação do Estado na economia brasileira.

As consequências da nova matriz econômica para a economia são: crescimento pífio; inflação persistentemente alta; desajuste nas contas externas; desequilíbrio nas contas públicas, levando o governo a aprovar no Congresso Nacional, em 04 de dezembro, uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que lhe permita descumprir a meta fiscal que ele mesmo havia fixado para 2014, livrando a presidente das penalidades da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo não cumprimento da meta proposta; enfraquecimento da indústria; perda de vigor do mercado de trabalho.

Sem seu pilar mais contundente, a política econômica precisa ser revista em sua plenitude. Se ela apresenta as consequências acima mencionados e falha nas questões distributivas, que dependem do crescimento da economia com baixa inflação, nada lhe resta.

O país precisa de uma nova força motriz, não mais o consumo, para empurrar a economia, necessariamente associada ao investimento. No entanto, ele não será possível enquanto a nova matriz econômica estiver em curso.

Após reeleita, a presidente Dilma Rousseff indica para seu futuro ministro da Fazenda, o economista Joaquim Levy, ortodoxo da linha monetarista da escola de Chicago, casa do Nobel de Economia, em 1976, Milton Friedman (1912-2006), um dos mais destacados economistas do século XX, e um dos mais influentes teóricos do liberalismo econômico. Resta ao país indagar se a atual política econômica será corrigida ou será apenas um ajuste cujo objetivo é a eleição de 2018? A história registrará se o país mudou ou continuará a cumprir sua sina de improvisos e aventuras, em política econômica, desde 1822.